



## O DESENVOLVIMENTO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL: UMA LEITURA A PARTIR DE INDICADORES MUNICIPAIS

### RURAL DEVELOPMENT IN RIO GRANDE DO SUL: A READING FROM MUNICIPAL INDICATORS

### DESARROLLO RURAL EN RIO GRANDE DO SUL: UNA LECTURA DE INDICADORES MUNICIPALES

Raquel Pereira de Souza<sup>1</sup>

Lucas de Faria Torres<sup>2</sup>

#### RESUMO

O estado do Rio Grande do Sul tem sua dinâmica de desenvolvimento fortemente marcada pelo desenvolvimento da agropecuária. Contudo, distintas dinâmicas se instauraram no espaço rural gaúcho ao longo do tempo. Assim, o artigo tem por objetivo caracterizar os processos de desenvolvimento rural no estado do Rio Grande do Sul a partir de indicadores multidimensionais de desenvolvimento rural, organizados de forma a entender o desenvolvimento rural de forma processual. A técnica estatística utilizada foi a análise fatorial e a de *cluster*. A análise apontou a existência de uma situação heterogênea em termos de desenvolvimento no espaço rural gaúcho, havendo regiões onde o processo de desenvolvimento tem se mostrado virtuoso e associado à dinâmica da urbanização, e outras situações em que o passivo da dependência agropecuária extensiva, a concentração fundiária, a distância dos grandes centros consumidores e a baixa diversificação das atividades econômicas levaram ao sentido oposto.

**Palavras-chave:** Indicadores. Desenvolvimento rural. Rio Grande do Sul. Análise de *clusters*.

#### ABSTRACT

The state of Rio Grande do Sul has its development dynamics strongly marked by the development of agriculture. However, different dynamics were established in the rural area of Rio Grande do Sul over time. Thus, the article aims to characterize the processes of rural development in the state of Rio Grande do Sul from multidimensional indicators of rural development, organized in order to face rural development in a procedural way. The statistical technique used was factorial and cluster analysis. The analysis pointed out the existence of a heterogeneous situation in terms of development in the rural area of Rio Grande do Sul, with regions where the development process has been virtuous and associated with the dynamics of urbanization, and other situations in which the liability of extensive agricultural dependence,

<sup>1</sup>Doutora em Desenvolvimento Econômico. Universidade Federal Fluminense. Volta Redonda. Rio de Janeiro. Brasil. E-mail: [raquelps@id.uff.br](mailto:raquelps@id.uff.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0384-5191>.

<sup>2</sup>Graduado em Engenharia de Agronegócios. Universidade Federal Fluminense. Volta Redonda. Rio de Janeiro. Brasil. E-mail: [lucas\\_f\\_torres@hotmail.com](mailto:lucas_f_torres@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4079-0572>.

the concentration land ownership, the distance from the large consumer centers and the low diversification of economic activities led to the opposite direction.

**Keywords:** Indicators. Rural development. Rio Grande do Sul. Cluster analysis.

## RESUMEN

El estado de Rio Grande do Sul tiene su dinámica de desarrollo fuertemente marcada por el desarrollo de la agricultura. Sin embargo, se establecieron diferentes dinámicas en el área rural de Rio Grande do Sul a lo largo del tiempo. Así, el artículo tiene como objetivo caracterizar los procesos de desarrollo rural en el estado de Rio Grande do Sul a partir de indicadores multidimensionales de desarrollo rural, organizado para entender o desarrollo rural de forma procedimental. La técnica estadística utilizada fue el análisis factorial y de conglomerados. El análisis señaló la existencia de una situación heterogénea en términos de desarrollo en el área rural de Rio Grande do Sul, con regiones donde el proceso de desarrollo ha sido virtuoso y asociado a la dinámica de urbanización, y otras situaciones en las que la responsabilidad La gran dependencia agrícola, la concentración de la propiedad de la tierra, la distancia de los grandes centros de consumo y la escasa diversificación de las actividades económicas llevaron a la dirección opuesta.

**Palavras chave:** Indicadores. Desenvolvimento rural. Rio Grande do Sul. Análisis de conglomerados.

**Como citar este artigo:** SOUZA, Raquel Pereira de; TORRES, Lucas de Faria. O desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul: uma leitura a partir de indicadores municipais. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. (Dossiê), p. 265-284, 11 fev. 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.Esp.Dossie.3898>

**Artigo recebido em:** 30/08/2021

**Artigo aprovado em:** 15/12/2021

**Artigo publicado em:** 11/02/2022

## 1 INTRODUÇÃO

Até algumas décadas atrás a visão de desenvolvimento nos espaços rurais era associada a evolução da produção agropecuária. Rural desenvolvido era aquele que apresentava ganhos acima da média em termos de produção e de produtividade. Contudo, as mudanças contemporâneas nos espaços rurais, que envolvem tanto a questão da preservação ambiental, mas também as demais atividades econômicas, que não a produção agropecuária, que vem sendo praticadas tem contribuído para um novo entendimento sobre o que vem a ser o desenvolvimento rural.

E, nesse sentido, cada vez mais as articulações entre espaço rural e os ambientes e atores externos a este vem sendo modificadas e, portanto, a visão de desenvolvimento rural na atualidade deve incorporar esse novo contexto. Não há como ignorar a inter-relação entre rural e urbano na sociedade atual e as implicações disso para os processos de desenvolvimento rural. Assim, por conta de todas essas transformações nos espaços rurais e nas suas articulações com os espaços externos é que a ideia de desenvolvimento rural deve envolver uma visão multidimensional, que incorpore essas mudanças sociais, econômicas, ambientais,

institucionais, demográficas, que definem os processos de desenvolvimento rural em cada espaço. Processo este que, portanto, dada as suas especificidades, conformará diferentes trajetórias de desenvolvimento, e assim uma heterogeneidade de realidades nos espaços rurais

O estado do Rio Grande do Sul tem sua dinâmica de desenvolvimento ainda fortemente marcado pelo desenvolvimento da agropecuária, a qual se constitui como um elo do importante complexo agroindustrial presente na economia gaúcha (PINTO; CORONEL, 2016). Além disso a agropecuária é dispersa por todo o Estado, sendo a maior geradora de receita de grande parte dos pequenos e médios municípios. (FOCHEZATTO; GHINIS, 2012). Mesmo diante desta realidade, que denota a importância econômica da agropecuária para o estado, diferentes dinâmicas, associadas aos processos imigratório e de colonização, de tecnificação das atividades econômicas, da urbanização, dentre outros, que se instauraram no espaço rural gaúcho levaram a uma heterogeneidade de situações encontradas na atualidade no meio rural.

As desigualdades existentes entre os espaços, inclusive os espaços rurais, em termos de processo de desenvolvimento, podem ser apreendidas, de forma simplificada, através de indicadores, que retratam cada realidade e que poderiam hierarquizar as diferentes situações de desenvolvimento entre diferentes regiões e compará-las. Assim, o “retrato” viabilizado pelos indicadores pode vir a subsidiar e contribuir para intervenções mais qualificadas que considerem as heterogeneidades.

É a partir deste contexto o presente artigo tem por objetivo caracterizar o processo de desenvolvimento rural do estado do Rio Grande do Sul, a partir de indicadores multidimensionais de desenvolvimento rural, tomando como uma das principais bases de dados para essa análise o Censo Agropecuário de 2017. Para tanto, este artigo apresenta além desta introdução, uma seção dedicada a apresentar ideias e conceitos que serão utilizados na construção e análise dos indicadores, uma seção que aponta a metodologia que foi utilizada e, por fim, os resultados das análises dos indicadores, além das considerações finais e bibliografia.

## **2 DESENVOLVIMENTO RURAL: SEUS CONCEITOS E SUAS MEDIDAS**

O termo “desenvolvimento rural” vem se alterando ao longo do tempo, incorporando novas situações; contudo, há de se destacar que, apesar das mudanças, o objetivo fim, que é a melhoria do bem-estar das populações rurais, estaria presente em todas elas. Navarro (2001) e Chalita (2005) destacam que o conceito de desenvolvimento rural muda, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento geral da economia e da vida social impõe às famílias e às atividades rurais.

Kageyama (2006) coloca que o desenvolvimento rural deve englobar o aspecto econômico, que implica no aumento do nível e estabilidade da renda familiar, o aspecto social que implica em nível de vida socialmente aceitável e que a trajetória desse fenômeno esteja calcada na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade).

Uma noção de desenvolvimento rural que na prática, vem sendo perseguida pelas instituições ligadas ao rural está associado à criação de capacidades (humanas, políticas, culturais, técnicas etc.) que propiciem condições às populações rurais

[...] agir para transformar e melhorar suas condições de vida, por meio de mudanças em suas relações com as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil. [...] Ademais, esse processo de ampliação de capacidades e de acessos que caracteriza o desenvolvimento deve também criar condições para que as populações possam precaver-se contra o aumento dos riscos - sociais, ambientais, econômicos, entre outros - normalmente associados a processos complexos de mudança social implícitos na consideração do desenvolvimento (CONDRAF, 2013, p.13).

A crescente imbricação entre espaços rurais e urbanos remete ao fenômeno do desenvolvimento rural como evento indissociável do desenvolvimento urbano (VEIGA, 2000), portanto, uma profícua análise sobre o desenvolvimento rural não deve escamotear o contexto do urbano que o circunda. Por outro lado, a pluriatividade tem contribuído preponderantemente para o desenvolvimento rural nas localidades onde esse fenômeno se verifica com maior intensidade. Isso porque, ela se apresenta como alternativa a alguns dos principais problemas que afetam as populações rurais, tais como a geração de emprego, a melhoria da renda, a redução da vulnerabilidade social e produtiva, o êxodo dos mais jovens, a dificuldade de gestão interna das unidades familiares, entre outros (SCHNEIDER; MATTOS, 2006). Dessa forma, uma análise do desenvolvimento rural ou de seu potencial em níveis locais e regionais deveria levar em conta esses elementos. Regiões com redes urbanas bem distribuídas, com recursos territoriais adequados, mercados locais que favoreçam a pluriatividade devem apresentar um alto grau de desenvolvimento rural, em contraste com áreas isoladas, sem privilégios naturais e sem instituições locais adequadas.

Para Wye Group (2011), há três aspectos que devem ser considerados na análise do desenvolvimento: 1) o território, pois o desenvolvimento é um conceito espacialmente localizado, uma vez que os territórios possuem diferentes, opções, perspectivas e oportunidades; 2) os temas abordados, o desenvolvimento é conceito multissetorial (demográfico, social, econômico, ambiental); 3) o tempo, pois o desenvolvimento é um conceito dinâmico, uma vez que a evolução histórica, as mudanças de atitudes da sociedade e as mudanças nas estruturas econômicas têm como efeito alterações no processo de desenvolvimento. Sendo o desenvolvimento um processo complexo, é necessária a simplificação, separando o lado rural do desenvolvimento. Kageyama (2004) aponta que o mesmo só pode ser definido por meio de simplificações, que incluem “decomposição” de alguns de seus aspectos e “aproximação” por algumas formas de medidas.

Porém, analisar o fenômeno do desenvolvimento rural torna-se tarefa complexa, uma vez que é necessário unir o conceito de desenvolvimento utilizado com as dimensões consideradas e com a disponibilidade de dados. Ou seja, utilizar indicadores de desenvolvimento significativos diante do conceito utilizado e para os quais haja disponibilidades de dados. Importante também é “obter medidas passíveis de comparação entre regiões e ao longo do tempo para captar de forma mais adequada à evolução do fenômeno” (KAGEYAMA, 2006, p. 31). Para Conterato; Schneider e Waquil (2009) argumentam que a criação de indicadores de desenvolvimento rural estaria associada à percepção de que as desigualdades regionais, em termos de desenvolvimento rural, poderiam ser captadas através da simplificação e que o conceito e o processo do desenvolvimento trazem consigo diferentes formas de apreensão e determinantes das suas manifestações.

As diferentes facetas e seus determinantes que envolvem a noção de desenvolvimento rural estão relacionadas à heterogeneidade imposta pelas dotações geográficas e pela ocupação histórica do território (KAGEYAMA, 2008). Portanto, o resgate da história, dos aspectos

geográficos, tais como relevo, clima, vegetação e principais eventos sociais e econômicos da região, dentre outros fatores, possibilita compreender como se construiu a dinâmica do desenvolvimento nas regiões. Assim, há um amplo conjunto de aspectos (por exemplo, bem-estar social, meio ambiente, bem-estar econômico, capital social, capital físico, acesso a mercados, dentre outros) e indicadores que podem ser considerados para avaliar o desenvolvimento rural.

A seleção de cada um deles dependerá da visão de desenvolvimento utilizada. Em decorrência dessas diferenças que instituições internacionais, tais como a FAO, a Global Strategy, a União Europeia, a OECD, têm proposto diferentes conjuntos de indicadores com o objetivo de avaliar o desenvolvimento rural em diferentes países e regiões (WYE GROUP, 2011). Em termos nacionais, Kageyama (2004) propôs o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), que foi e ainda vem sendo utilizado por diversos autores para avaliar o desenvolvimento rural em diferentes situações (MELO, 2005; SILVA, 2006; MELO; PARRÉ, 2007; CONTERATO; SCHNEIDER; WAQUIL, 2009; ARAÚJO, 2014; PINTO; CORONEL, 2016; PALÁCIO, 2019).

Kageyama (2008) também buscou avaliar e comparar o desenvolvimento rural, de forma até então inédita, utilizando uma metodologia mais complexa que o IDR, a qual desagrega o fenômeno em três dimensões: 1) Fatores Condicionantes; 2) Características e 3) Resultados, considerando assim o desenvolvimento rural como um processo e não um fim. Para a autora, por “Fatores Condicionantes” entende-se um conjunto de aspectos que facilitam e potencializam, direta ou indiretamente, a ocorrência do desenvolvimento rural. Ela delimita três aspectos que considera os principais para análise neste tópico: isolamento territorial; presença de agricultura familiar e indicadores demográficos. Já as “Características” seriam os caminhos pelos quais se busca atingir o desenvolvimento rural numa região. Esses “caminhos” são divididos pela autora em três principais: indicadores de pluriatividade, indicadores ambientais e diversidade da agricultura. Nos “Resultados” busca-se avaliar a mudança alcançada em termos de qualidade de vida da população rural a partir de três aspectos que são: a renda e redução da pobreza, a escolaridade e o êxodo rural.

Na proposta metodológica apresentada por Kageyama (2008), a análise é feita em escala estadual. Porém, é importante ressaltar que, quanto maior for o tamanho das regiões analisadas, menos expressivos serão os indicadores, já que muitas das facetas da desigualdade acabam ficando encobertas. Já a adoção de um conjunto de recortes regionais de tamanho mínimo, tende a mostrar com maior nitidez o fenômeno. É o caso da unidade municipal, menor recorte possível (ALONSO, 2006). Nesse caso, os recortes municipais são mais adequados para análise do desenvolvimento rural, contudo, esbarra-se no limite da disponibilidade de dados em nível municipal (SOUZA, 2019b). Palácio (2019), a partir de uma ampla revisão bibliográfica nacional sobre o tema dos índices de desenvolvimento rural, destaca os principais parâmetros utilizados nas pesquisas que são: (a) a unidade de análise predominante para a mensuração do índice é o município; (b) a multidimensionalidade do índice tem sido delineada pelos aspectos econômicos, sociais, ambientais, demográficos e políticos-institucionais; (c) a análise fatorial é o instrumentos metodológico mais adotado nos estudos recentes; e (d) o principal recorte geográfico adotado é o estado.

### 3 COMO ANALISAR O DESENVOLVIMENTO: UMA PROPOSTA

É nesse contexto apresentado anteriormente por Palácio (2019), que este trabalho se insere. Com o objetivo de caracterizar o processo de desenvolvimento rural dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, inicialmente adaptou-se os indicadores de caracterização estadual, propostos por Kageyama (2008), para a caracterização municipal. A adaptação foi necessária, dado que não existem dados disponíveis em nível municipal para o cálculo de todos os indicadores que a autora originalmente propusera. A adaptação dos indicadores foi realizada por Souza (2019a) e é exibida no Quadro 1, onde são organizados os indicadores e informados os anos referentes aos dados, além do banco de dados de onde foram retirados. A justificativa para a seleção de tais indicadores pode ser buscada em Kageyama (2008).

Após a adaptação, procedeu-se a coleta de dados para os municípios do estado do Rio Grande do Sul, a partir das dimensões propostas por Kageyama (2008), que são: “Fatores Condicionantes”, são aspectos materializados em indicadores que visam demonstrar o potencial de desenvolvimento de cada município; “Características”, seriam aspectos que indicam qual o caminho pelo qual o município tem direcionado seu processo de desenvolvimento, e os “Resultados” que demonstra as consequências do seu processo de desenvolvimento.

Os indicadores do Quadro 1 foram elaborados para que sejam diretamente proporcionais à ocorrência de um desenvolvimento rural virtuoso, com exceção do indicador “área média dos estabelecimentos (ha)”, que é inversamente proporcional.

Quadro 1 – Adaptação dos indicadores propostos por Kageyama (2008), ano e fonte.

		Indicador	Ano	Fonte
Fatores Condicionantes	Fatores Demográficos	% de turmas não-multisseriadas no ensino fundamental nas áreas rurais	2017	INEP/MEC
		Docentes por 1000 pessoas de 5 a 14 anos no meio rural	2017 2010	INEP/MEC Censo Demográfico/IBGE
		Razão Docente por estabelecimentos de ensino fundamental e médio nas áreas rurais	2017	INEP/MEC
		% de estabelecimentos de ensino fundamental com mais de 30 alunos nas áreas rurais	2017	INEP/MEC
		PIB per capita (mil R\$/ano)	2017	DEE-RS
		Razão de dependência inversa <sup>3</sup> no meio rural	2010	Censo Demográfico/IBGE
	Isolamento Territorial	% da população residente rural	2010	Censo Demográfico/IBGE
		% de domicílios rurais com telefone	2010	Censo Demográfico/IBGE
		% de domicílios rurais com internet	2010	Censo Demográfico/IBGE
		Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> ) municipal	2010	Censo Demográfico/IBGE
		Veículos/ Km <sup>2</sup> municipal	2017	DENATRAN/IBGE
	Presença da Agricultura	% área colhida exceto as duas principais culturas nos estabelecimentos rurais.	2017	Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE Censo Agropecuário/IBGE
		% da área dos estabelecimentos rurais até 20ha <sup>4</sup>	2017	Censo Agropecuário/IBGE

<sup>3</sup> A razão de independência inversa se refere a razão do número de pessoas na ativa dividida pelo número de pessoas inativas.

<sup>4</sup> A área de 20ha foi definida, tendo em vista que mais de 50% dos estabelecimentos rurais do estado possuem até 20 há.

		% valor da produção dos estabelecimentos rurais vindo da agricultura familiar	2017	Censo Agropecuário/IBGE	
		Razão de pessoas ocupadas com laço e sem laço familiar nos estabelecimentos rurais	2017	Censo Agropecuário/IBGE	
		Área média dos estabelecimentos rurais (ha)	2017	Censo Agropecuário/IBGE	
<b>Características</b>	Diversidade da Agricultura	Relação entre área de lavoura e de outros usos nos estabelecimentos rurais	2017	Censo Agropecuário/IBGE	
		Razão Pastagens Plantadas e Naturais nos estabelecimentos rurais	2017	Censo Agropecuário/IBGE	
		Razão entre o valor da produção e a área total nos estabelecimentos rurais	2017	Censo Agropecuário/IBGE	
		Valor da produção por pessoa ocupada nos estabelecimentos rurais	2017	Censo Agropecuário/IBGE	
	Indicadores Ambientais	% da área com matas e/ou florestas nos estabelecimentos rurais	2017	Censo Agropecuário/IBGE	
		% de estabelecimentos rurais com sistemas agroflorestais	2017	Censo Agropecuário/IBGE	
		% de estabelecimentos rurais que não usam agrotóxicos	2017	Censo Agropecuário/IBGE	
		% de estabelecimentos rurais que adotam práticas agrícolas de proteção	2017	Censo Agropecuário/IBGE	
		% de estabelecimentos rurais que utilizam rotação de cultura	2017	Censo Agropecuário/IBGE	
	Indicadores de Pluriatividade	% do pessoal ocupado em atividades não agropecuárias nos estabelecimentos rurais	2017	Censo Agropecuário/IBGE	
		% de entradas de receitas vindas da pluriatividade nos estabelecimentos rurais	2017	Censo Agropecuário/IBGE	
		% da receita dos estabelecimentos rurais do trabalho não agropecuário	2017	Censo Agropecuário/IBGE	
	<b>Resultados</b>	Escolaridade	Taxa de escolaridade no meio rural	2010	Censo Demográfico/IBGE
			Taxa de Alfabetização no meio rural	2010	Censo Demográfico/IBGE
		Êxodo Rural	Variação (%) da população rural residente	2000 e 2010	Censo Demográfico/IBGE
Média de moradores nos domicílios rurais			2010	Censo Demográfico/IBGE	
Variação da porcentagem relativa de pessoas residentes do meio rural			2000 e 2010	Censo Demográfico/IBGE	
Renda e Redução da Pobreza		IDHM	2010	PNUD	
		Indicador INIVI <sup>5</sup> no meio rural	2010	Censo Demográfico/IBGE	
		% receita do trabalho nos estabelecimentos rurais	2017	Censo Agropecuário/IBGE	
	Renda média da população com 10 anos ou mais de idade no meio rural	2010	Censo Demográfico/IBGE		

Fonte: Adaptado de Souza (2019a)

<sup>5</sup> Índice de nível de vida – Indicador que mensura a qualidade de vida e bem estar na área rural, sendo uma média dos percentuais de 8 indicadores de qualidade de vida, % de domicílios com: água canalizada, instalação sanitária, rede coletora de esgoto, geladeira, iluminação elétrica, telefone fixo ou celular, computador com ou sem acesso à internet e meios de transporte.

Vale ressaltar que a análise aqui realizada não é dinâmica e sim estática, agrupando os municípios por similaridade no que se relaciona ao conjunto de indicadores de cada dimensão. Seria como se fosse o retrato de uma dada situação num dado momento, permitindo assim a comparação desse mesmo “momento” entre diferentes regiões, nesse sentido, indicadores com diferentes anos de coleta podem ser usados, já que o objetivo é a comparação e não a evolução.

Uma vez reunidos os dados e calculados todos os indicadores, procurou-se agrupar os municípios em *clusters* (agrupamentos). Para isto, foi realizada uma análise do dendograma, a partir do *software* Philcarto v.5.77, que permitiu determinar a quantidade de *clusters* necessários para cada uma das três análises previstas: uma para os indicadores de fatores condicionantes, uma para os indicadores das características e uma para os indicadores de resultados.

O método estatístico utilizado para análise dos dados foi a Classificação Hierárquica Ascendente (ou análise de *cluster* ou de agrupamentos) com cada grupo de indicadores citados anteriormente. Esse método é recomendado para a elaboração de tipologias para a análise regional, uma vez que os elementos dos agrupamentos originários de uma análise de *cluster* apresentam mais semelhança entre si do que com qualquer outro elemento de qualquer outro agrupamento estabelecido (GIRARDI, 2021). “Isso não quer dizer que as unidades de um mesmo grupo são iguais quanto às variáveis analisadas, mas sim que possuem mais elementos que as assemelham do que as diferenciam” (GIRARDI, 2021, p.77). Como parâmetro de análise foram utilizados os valores das médias dos agrupamentos em relação à média geral dos indicadores em cada dimensão analisada. Esse método permitirá observar a desigualdade existente entre os indicadores dos agrupamentos em relação a média, identificando quais agrupamentos estariam em melhores e piores situações em cada dimensão para o alcance de um processo de desenvolvimento rural virtuoso. Por desenvolvimento virtuoso entende-se a ocorrência da melhor situação possível em termos de desenvolvimento (melhoria da qualidade de vida).

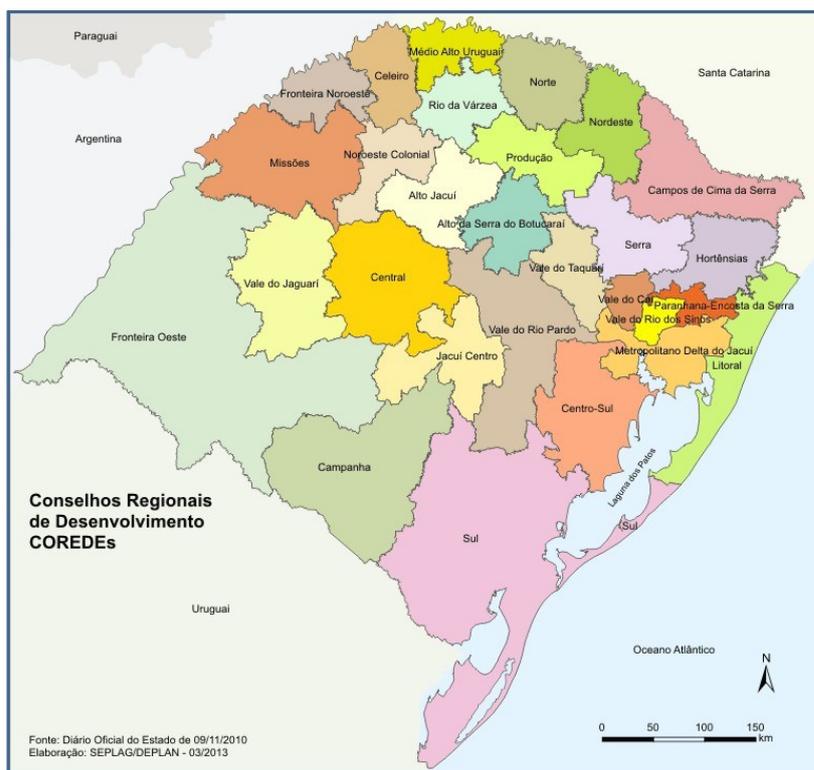
De um total de 497 municípios gaúchos, 473 foram considerados para a análise dos fatores condicionantes. Os demais 24 municípios que não foram agrupados pela ausência de dados para elaboração dos indicadores. A análise do dendograma indicou a formação de 4 *clusters* de municípios (C1, C2, C3, C4). No caso das características houve a clusterização de 496 municípios e a formação de 3 *clusters* (C1, C2, C3). E no caso dos Resultados foram agrupados 453 municípios em 3 *clusters* (C1, C2 e C3).

Com o objetivo de facilitar a localização dos agrupamentos de municípios foram utilizadas como parâmetro as regiões delimitadas pelos COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento)<sup>6</sup> (Figura 1).

---

<sup>6</sup> A proposta de regionalização das regiões através dos COREDES foi criada em 1994 e conta atualmente com 28 regiões e possuem o objetivo de promover um desenvolvimento harmônico e sustentável, melhoria da eficiência na aplicação de recursos públicos, maior eficiência nas ações governamentais para aumento da qualidade de vida e distribuição de riqueza, diminuição do êxodo rural e aumento da eficiência da preservação ambiental (ATLAS ECONÔMICO; 2019).

Figura 1 – Rio Grande do Sul: COREDEs



Fonte: Atlas Socioeconômico (2019).

## 4 CONHECENDO AS DESIGUALDADES REGIONAIS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

### 4.1 OS FATORES CONDICIONANTES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

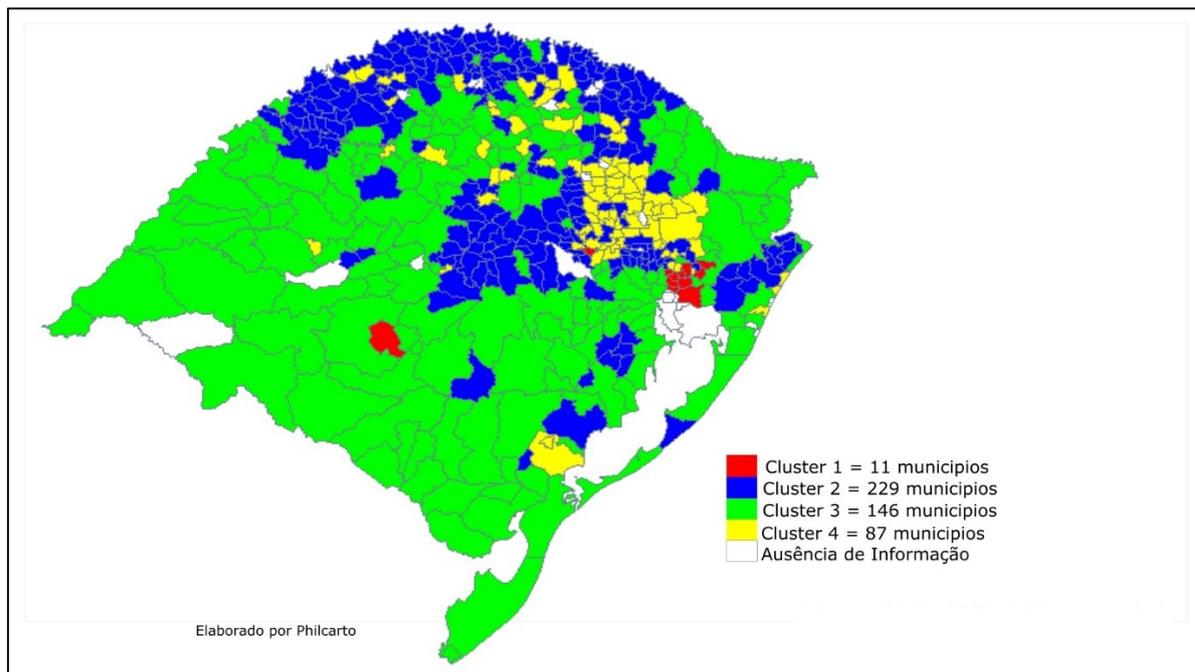
Os indicadores propostos nos Fatores Condicionantes caracterizam a base demográfica e econômica, sob a qual se processa o desenvolvimento rural, ou seja, analisa o potencial de desenvolvimento, que permite promover ou retardar as características do território (KAGEYAMA, 2008). Assim, os indicadores de 1 a 6 se referem aos “fatores demográficos; do 7 a 11 se referem ao “isolamento territorial” e do 12 a 16 se referem a “presença da agricultura familiar”.

Os municípios foram clusterizados em 4 grupos. O maior agrupamento foi o C2 que conta com 229 municípios, o segundo foi o C3 com 146 municípios, em terceiro lugar o C4 com 87 municípios e por último o C1 com 11 municípios. O C1 engloba principalmente municípios das regiões das Vale do Rio dos Sinos, Paranhana Encosta da Serra e Vale do Caí, que constitui parte da região metropolitana de Porto Alegre. O C2 predomina nas regiões Noroeste e Central, destacadamente nos COREDE: Missões Fronteira Noroeste, Celeiro, Medio Alto Uruguai, Norte, Nordeste, Central, Alto Jacuí, Alto da Serra do Botucaraí, Hortênsias Paranhana Encosta da Serra, Metropolitana Delta do Hacuí, Centro Sul e Vale do Taquari e

Serra. O C3 se estende a Sudeste e Sudoeste do estado agregando a maior parte da área do estado. O C4 está concentrado nas regiões da Serra, Vale do Taquari e Vale do Caí, Vale dos Sinos e Metropolitana Encosta da Serra. Desse modo, a regionalização proposta pelos indicadores de fatores condicionantes aqui considerados, reproduz as desigualdades entre as regiões Norte e Sul do estado em termos de desenvolvimento, já reconhecida, por inúmeros trabalhos (ALONSO, 2006; CORONEL, ALVES E SILVA, 2007; ALONSO, BENETTI E BANDEIRA, 1994; VERSCHOOSE FILHO, 2000; MARQUETTI, BERNI E MARQUES, 2005).

A regionalização destaca ainda a heterogeneidade de situações existentes na região Nordeste, na qual coexistem municípios dos 4 clusters. Essa região é caracterizada pela industrialização, com grandes aglomerações urbanas e atividades agrícolas cada vez menos intensas. Pinto e Coronel (2016) e Conterato (2008) destacam que a mesorregião Metropolitana (que é parte da Nordeste) apresenta municípios com extremos em termos de desenvolvimento rural, isso seria decorrência do fato dessa região ter predominância das atividades industriais, fazendo com que sejam dispersas as questões de desenvolvimento rural.

Figura 2 – Estado do Rio Grande do Sul: clusters formados a partir dos indicadores dos Fatores Condicionantes



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 1, bem como nas tabelas subsequentes, são listados os indicadores trabalhados na análise na coluna “Indicadores”. A coluna “Todas” reflete a média numérica de cada indicador, contando todos os municípios trabalhados. Os números expressos nas colunas dos *clusters* (C1, C2, C3, C4) equivalem à média do indicador de todos os municípios de cada *cluster*, para cada indicador. Vale ressaltar que o indicador 16 “área média dos estabelecimentos” é inversamente relacionado ao desenvolvimento, ou seja, quanto maior à área média pior seria para um processo de desenvolvimento virtuoso. O C4 é o que apresenta o maior número de indicadores acima da média (dos 16 indicadores, 11 deles estão acima da média) e o indicador 16 abaixo da média, seguido pelo C2 (9 indicadores e o 16 abaixo da média),

apresentando assim, de forma geral, o melhor “ponto de partida” para um processo de desenvolvimento virtuoso. O *cluster* que apresentou a menor quantidade de indicadores abaixo da média foi o C3 que apresentou 5 indicadores positivos. Portanto, as regiões da Serra, Vale do Taquari e Vale do Caí, Vale dos Sinos e Metropolitana Encosta da Serra seriam as regiões mais propensas a apresentar um processo de desenvolvimento rural que levasse a uma melhoria das condições de vida da população.

Já as regiões menos propensas a desenvolver um virtuoso seriam a metade Sul do estado, salvo algumas cidades. Esta constatação está em consonância com a análise de Marquetti, Bêrni e Marques (2005) que apontam que o crescimento dos municípios é influenciado positivamente pela acumulação de capital físico e humano, pela especialização no setor industrial e no setor agropecuário e pelo crescimento populacional. Por outro lado, haveria uma correlação negativa com o nível de renda inicial do município e a concentração da propriedade fundiária. A metade Sul do estado possui assim, na concentração da riqueza, um dos principais fatores que inibem o seu crescimento.

Tabela 1 – Indicadores de Fatores Condicionantes: valores médios dos indicadores segundo os *clusters* de municípios do estado do Rio Grande do Sul.

Indicadores	Todas	C1	C2	C3	C4
1 % de turmas não-multisseriadas no ensino fundamental nas áreas rurais	73,1	64,16	80,71	77,45	81,86
2 Docentes por 1000 pessoas de 5 a 14 anos no meio rural	42,26	40,09	47,78	58,35	23,36
3 Razão Docente por estabelecimentos de ensino fundamental e médio nas áreas rurais	6,76	6,84	6,71	8,21	4,63
4 % de estabelecimentos de ensino fundamental com mais de 30 alunos nas áreas rurais	71,79	63,26	84,51	75,67	79,93
5 PIB per capita (mil R\$/ano)	34,29	26,13	37,11	41,34	38,49
6 Razão de dependência inversa	1,71	1,68	2,05	1,68	1,76
7 % da população residente rural	44,86	57,82	7,54	34,53	40,48
8 % de domicílios rurais com telefone	99,3	91,51	102,15	97,03	115,68
9 % de domicílios rurais com internet	8,97	6,69	13,55	7,52	14,44
10 Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	59,9	27,49	860,4	31,61	69,45
11 Veículos/ Km <sup>2</sup>	42,2	16,74	618,41	22,22	52,25
12 % área colhida exceto as duas principais culturas	21,43	26,14	16,08	14,08	23,91
13 % da área dos estabelecimentos até 20ha	23,19	28,62	21,79	8,9	33,51
14 % valor da produção vindo da agricultura familiar	53,61	68,71	45,85	25,9	66,23
15 Razão de pessoas ocupadas com laço e sem laço familiar nos estabelecimentos	12,18	19,01	4,57	5,27	10,61
16 Área média dos estabelecimentos (ha)	60,77	26,23	50,18	128,37	29,09

Fonte: Elaborado pelos autores

Em termos de fatores demográficos, que agregaria características relacionadas a estrutura educacional no meio rural, a questão econômica do município e a estrutura de dependência de crianças e idosos em relação aos adultos, o C2 e o C3 possuem todos os indicadores acima da média (exceto um indicador em cada caso), sendo, portanto, a melhor estrutura demográfica dentre os *clusters*. Já o C1 seria a região com a pior estrutura demográfica

para um desenvolvimento rural virtuoso, já que somente um dos indicadores ficou acima da média. No caso do isolamento territorial o C4 e o C2 apresentariam a melhor situação em termos de isolamento territorial, ou seja, teriam as melhores condições de mobilidade e acesso a produtos e serviços. É importante ainda destacar que o C4 tem em média 40,5% da população residente no meio rural, sendo a segunda maior população rural (o C1 apresenta cerca de 58% da população rural). Já o C2 possui a menor população dentre os *clusters* analisados (7,5%). Considerando que a presença da agricultura familiar contribua para o desenvolvimento rural seria o C1 o grupo com maior número de indicadores positivos (todos positivos para a presença da agricultura familiar). Já o *clusters* com menor presença da agricultura familiar seria o C3. No caso desse *cluster* ele apresentou a maior área média dos estabelecimentos rurais.

Essa melhor situação para promoção do desenvolvimento rural dos *clusters* localizados ao Norte pode refletir, segundo Alonso

[...] a formação social, na qual a distribuição da propriedade e da renda, desde o início, foi mais democrática do que no Sul agropastoril. Disso decorreram a formação de um mercado interno regional mais vigoroso do que em outras partes do Estado, a formação de economias de aglomeração e de urbanização muito favoráveis aos capitais industriais, a facilidade de acesso e de infra-estrutura e uma boa localização com relação aos mercados de outras regiões do País (ALONSO, 2006, p.5).

Lemos, Oliveira e Bandeira (2016) destacam a incapacidade da região Sul de dinamizar sua economia, não conseguindo sustentar um crescimento industrial significativo e perdendo espaço em sua participação na agropecuária, ao mesmo tempo, que a região abrangida pelo planalto no Norte do Estado ganhou importância, com o crescimento da produção agrícola e o desenvolvimento de uma indústria ligada ao setor primário.

Internamente a região Nordeste é preciso diferenciar ainda duas dinâmicas distintas: a região Noroeste onde o modo de vida colonial foi substituído pela agricultura tecnificada e integrada aos complexos agroindustriais e a região a Nordeste, cuja colonização é mais antiga (como as regiões do Vale dos Sinos e Encosta da Serra) e onde grande parte da força de trabalho do meio rural passou a ser absorvida pelo emergente mercado de trabalho regional, cuja expansão se dava em face do processos de industrialização do setor coureiro- calçadista (SCHNEIDER; VERARDI FILHO, 2000). Desse modo, a partir das informações da Tabela 1, pode se especular que a especialização produtiva em produtos para a exportação da região Noroeste estaria produzindo piores condições para propiciar um desenvolvimento rural virtuoso comparativamente a diversificação produtiva que se instaurou na região a Nordeste do estado. Vale ainda destacar nesse contexto, que a presença da agricultura familiar é maior a Nordeste do estado do que a Noroeste, uma vez que, os clusters 1 e 4 que são aqueles que apresentam a maior quantidade de indicadores positivos para esse aspecto, estão localizados a Nordeste. Nesse sentido, como argumenta Kageyama (2008), a presença da agricultura familiar seria um elemento importante no estabelecimento de processos que conduzam a um desenvolvimento rural virtuoso.

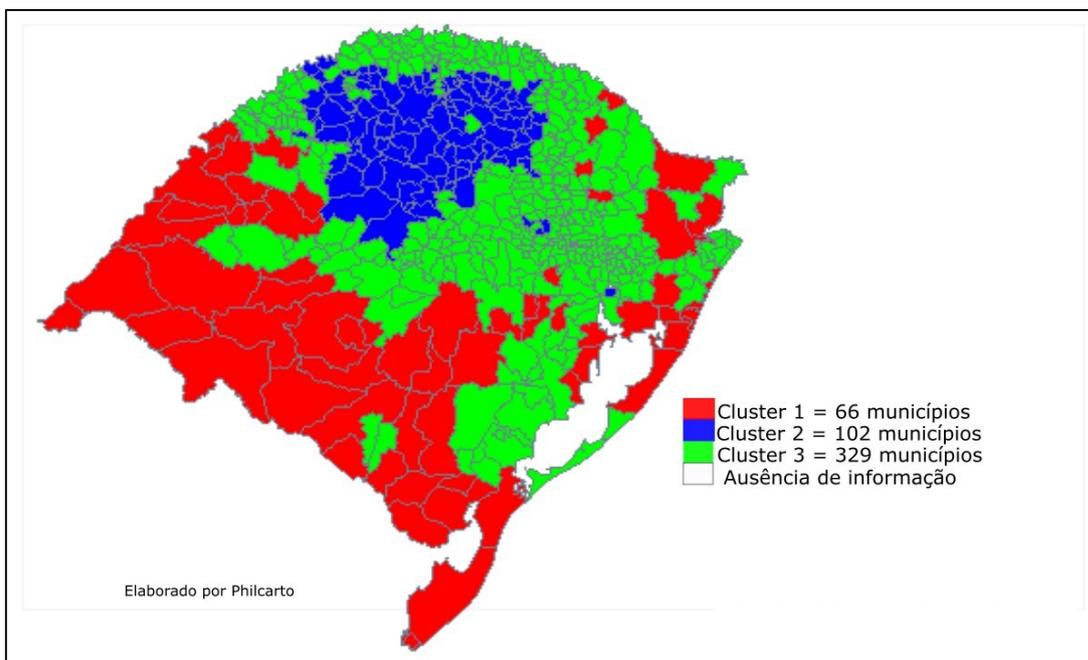
## 4.2 AS CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Segundo Kageyama (2008), as Características constituem as condições para as diferentes trajetórias de desenvolvimento, que são próprias de cada região e que buscam ser captadas pelos indicadores. Os dez indicadores utilizados nesta dimensão estão divididos em

três aspectos: Diversidade da Agricultura – indicadores de 1 a 4; Ambientais – indicadores de 5 a 9 e Pluriatividade – indicadores de 10 a 12. Os indicadores do primeiro aspecto buscam identificar a “vocação” da região para agricultura ou pecuária e sua intensifica o, entendendo que uma agricultura diversificada e produtiva seria a melhor situa o para promo o do desenvolvimento rural. Os indicadores ambientais suscitam a importância da preserva o do meio ambiente para o alcance do desenvolvimento rural. A pluriatividade está associada   diversifica o das origens das rendas como forma de supera o do estado de pobreza ou mesmo de capitaliza o.

Os municípios foram clusterizados em 4 grupos. O maior agrupamento foi o C3 que conta com 329 municípios, o segundo foi o C2 com 102 municípios, em terceiro lugar o C1 com 66 municípios. Como   possível observar na Figura 3, os agregados de municípios são homog neos, ou seja, são áreas circunvizinhas que formam os clusters. Há uma maior concentra o dos municípios do C2 na porão Noroeste do estado, tomando partes das regiões do Rio da Várzea, Produ o, Alto do Jacuí, Alto da Serra do Botucaraí, Norte, Celeiro, Noroeste Colonial e Central, Nordeste, Serra e Vale do Taquara . Já os municípios do C1 estão mais concentrados na porão Sul e Sudoeste do estado e na parte leste mais próxima ao litoral, abrangendo parte ou totalidades das regiões da Fronteira Oeste, Campanha, Sul, Campos de Cima da Serra, Hortênsia, Litoral, Metropolitana Delta do Jacuí, Paranhana Encosta da Serra, Vale do Rio dos Sinos e Vale do Cai e Serra, Litoral, Campos de Cima da Serra e Hortênsias. O C3 agrega municípios de todo entorno do C2, se estendendo até o Sudeste do estado.

Figura 3 – Estado do Rio Grande do Sul: clusters formados a partir dos indicadores de Características.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 2 apresenta as informa es sobre os valores médios dos indicadores de todos os municípios e dos *clusters*. A partir dessas informa es podemos descrever as características gerais dos processos de desenvolvimento rural que os agrupamentos municípios estariam traçando. O C1 possui a produ o agrícola pouco tecnificada (indicador 1) comparativamente

aos demais, enquanto o C2 seria a região mais tecnificada, O C1 é também o agrupamento que possui a agricultura mais intensiva em mão de obra (indicador 4), assim como o C2. O C2 se destaca ainda em relação aos demais por possuir uma agricultura (indicador 3) e pecuária (indicador 2) mais fortes. Deste modo percebe-se que a atividade agropecuária intensiva é mais desenvolvida no C2 comparativamente aos demais e o C1 a agropecuária menos intensiva. Já em termos de preservação ambiental no espaço rural o C3 seria agrupamento que se destacaria, já que possui mais indicadores (indicadores de 5 a 9) acima da média ou próximos a média comparativamente aos demais. Vale destacar que o C1 se destaca por apresentar a maior produção sem uso de agrotóxicos (aproximadamente 68%).

Tabela 2 – Indicadores de Características: valores médios dos indicadores segundo os clusters de municípios do estado do Rio Grande do Sul

Indicadores		Todas	C1	C2	C3
1	Relação entre área de lavoura e de outros usos	1.25	0.4	3.15	0.83
2	Razão Pastagens Plantadas e Naturais	0.7	0.21	1.79	0.45
3	Razão entre o valor da produção (1000 reais) por hectare	4.36	1.72	5.11	4.64
4	Valor da produção (1000 reais) por pessoa ocupada	57.06	99.4	81.53	41.11
5	% da áreas com matas e/ou florestas	23.44	16.16	13.93	27.83
6	% da áreas com sistemas agroflorestais	1.3	2	0.36	1.45
7	% de estabelecimentos sem uso de agrotóxico	17.73	67.65	9.61	25.46
8	% de estabelecimentos que adotam práticas agrícolas de proteção	75.03	50.06	89.83	75.37
9	% de estabelecimentos que utilizam rotação de culturas	49.42	25.2	71.78	47.27
10	% do pessoal ocupado apenas em atividades não agropecuárias nos estabelecimentos	6.15	6.24	5.56	6.31
11	% de estabelecimentos pluriativos	42.28	43.26	38.62	43.23
12	% da receita dos estabelecimentos do trabalho não agropecuário	15.64	9.25	8.94	18.97

Fonte: Elaborado pelos autores

Já em termos de presença da pluriatividade nos municípios, o C3 seria o agrupamento que apresenta todos os indicadores relativos a essa característica (indicadores de 10 a 12) acima da média, tendo, portanto, a pluriatividade como uma das estratégias de desenvolvimento rural mais presentes comparativamente aos demais, enquanto, o C2 seria o agrupamento que teria menor presença dessa característica.

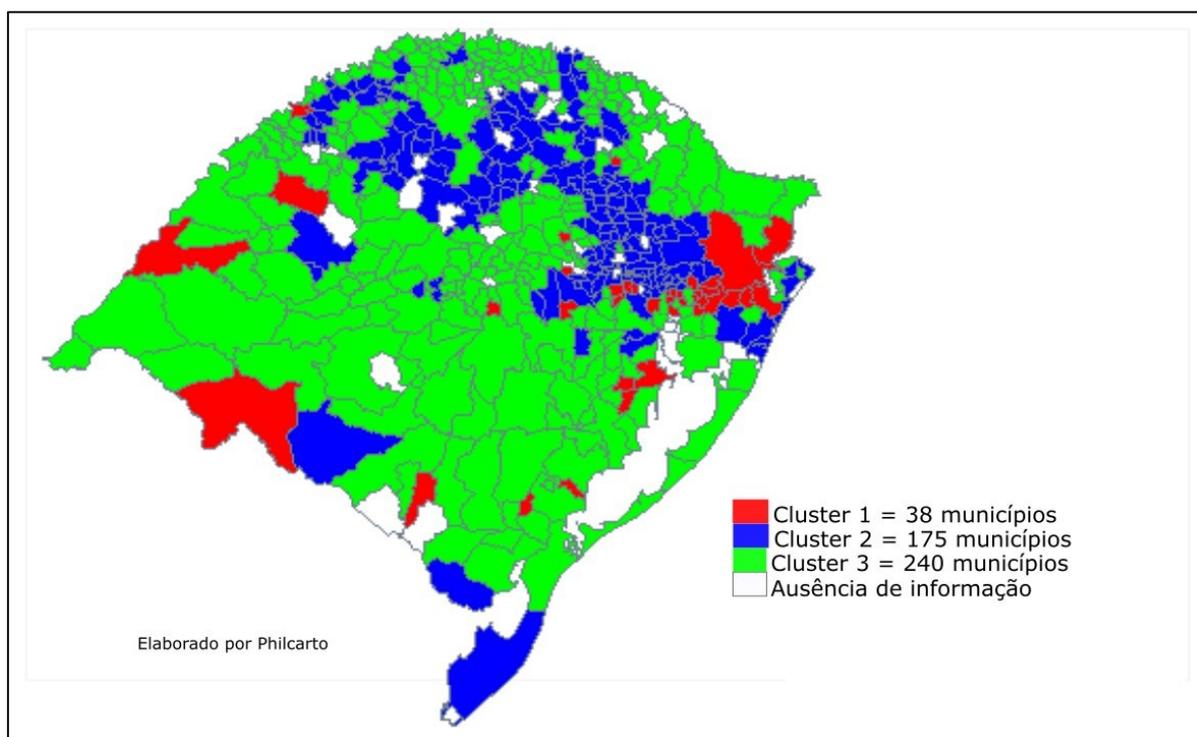
Nesse sentido, podemos inferir que o C2 estaria tendo como estratégia para buscar o desenvolvimento rural a produção agropecuária, enquanto o C3 estaria buscando as vias da produção agrícola com a preservação ambiental e com a pluriatividade. No caso do C1 há uma produção agropecuária que é intensiva em mão de obra e que se desenvolve com baixo uso de insumos. Vale ressaltar que o C3 agrega grande parte da região Nordeste, a qual apresentou a melhor situação condicionante para o desenvolvimento rural. Outro aspecto importante é que as regiões com agricultura mais tecnificada e direcionada a exportação são as regiões onde a menor presença da pluriatividade. E no caso da metade Sul ainda permanece como trajetória de desenvolvimento a exploração de uma agropecuária extensiva.

### 4.3 OS RESULTADOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Os Resultados associados a um processo de desenvolvimento rural estariam ligados à melhoria de bem-estar da população rural. “O processo de desenvolvimento rural deve equilibrar os benefícios ao território e à população de forma a preservar o meio ambiente, dinamizar a economia e melhorar as condições de vida e bem-estar” (KAGEYAMA, 2008, p. 157). Dessa forma, espera-se que um processo bem-sucedido de desenvolvimento rural implique na redução da emigração rural, na elevação da renda e na redução da pobreza, melhoria da qualidade de vida e da educação. Os indicadores utilizados estão divididos em três aspectos: Escolaridade de 1 a 2; Êxodo Rural de 3 a 5; Renda e Redução da Pobreza de 6 a 9.

Os municípios foram clusterizados em 3 grupos (C1, C2, C3), sendo que no C1 ficaram 38 municípios, no C2 ficaram 175 municípios e no C3 ficaram 240 municípios. O C1 se concentrou, particularmente, na região mais a leste, nos Coredes: Hortênsias, Vale do Caí Vale dos Sinos e Paranhana Encosta da Serra e no Centro Sul e em mais alguns municípios espalhados no estado. Os municípios do C2 se concentraram nos diferentes Coredes localizados mais na porção norte do estado, principalmente a nordeste. Já o C3 agregou a maioria dos municípios, tomando a maior parte do estado e estando presente em todas regiões.

Figura 4 – Estado do Rio Grande do Sul: clusters formados a partir dos indicadores de Resultados



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em termos gerais o *cluster* que apresentou o melhor resultado em termos de desenvolvimento rural foi o C2, uma vez que seis indicadores dos nove utilizados ficaram acima da média. Já o C3 apresentou três indicadores positivos para o desenvolvimento, assim como o C1, configurando assim uma situação onde, a grande maioria dos municípios do estado, estão numa situação de desenvolvimento rural abaixo da média do estado. O destaque do C2, em

termos de resultados, foram os indicadores de 6 a 9 acima da média, o que demonstra que, comparativamente aos demais agrupamentos, esse *cluster* apresentou um melhor desempenho em termos de geração, acesso a bens e serviços e combate à pobreza no meio rural.

Grande parte dos municípios que fazem parte do C3 possuem os indicadores de fatores condicionantes menos propícios ao desenvolvimento e perseguiram uma trajetória de desenvolvimento rural calcada na agropecuária extensiva. Apenas três municípios (Santa Vitória do Palmar, Jaguarão e Dom Pedrito) localizados na porção Sul do estado fariam parte do C2, o que, novamente, evidencia as limitações da região Centro Sul em alcançar um desenvolvimento rural virtuoso, dada as suas características históricas já comentadas. Vale ressaltar ainda que, quando se analisa os indicadores ligados ao êxodo rural, o C2 apresenta o pior desempenho, uma vez que apresenta a maior variação populacional negativa, ou seja, esse *cluster* apresentou o maior afluxo populacional das regiões rurais comparativamente as demais (indicadores 3 e 4), apesar de apresentar as famílias um pouco mais numerosas comparativamente aos demais *clusters*.

Já o C1 foi o único agrupamento que apresentou valores positivos para a variação da população rural, ou seja, foi o único grupo que teve um aumento do contingente populacional residente no meio rural. Grande parte dos municípios está próximo a região Metropolitana, o que pode ser resultado da atração que as regiões rurais mais próximas aos grandes centros urbanos têm, justamente por poder propiciar o contato com a natureza e a qualidade de vida do rural com o acesso a serviços das zonas urbanas.

A região Nordeste agrega a maior parte dos municípios do *cluster* 2 (melhor situação em termos de desenvolvimento) e também do 1 (situação intermediária em termos de desenvolvimento). Nela estão localizados os maiores centros populacionais do estado com elevadas taxas de urbanização comparativamente as outras regiões, o que, em geral, tem como consequência uma maior estrutura de serviços e de mobilidade, e assim, de acesso a mercados consumidores, permitindo maiores possibilidades na geração de renda no meio rural. Conforme, análise da Tabela 2, essa região em sua maioria seguiu como estratégia de desenvolvimento a pluriatividade. Michalek e Zarnekow (2014), ao analisarem o desenvolvimento rural da Polônia identificaram também que as melhores situações encontravam-se nas áreas mais próximas as grandes cidades. Dessa forma, fica evidente a interrelação entre espaços urbanos e rurais e a sua importância para o desenvolvimento rural.

A análise aqui apresentada corrobora a de Pinto e Coronel (2016), segundo a qual, as mesorregiões do Nordeste, Noroeste e Centro oriental apresentam municípios com os maiores graus de desenvolvimento rural. A região Metropolitana seria uma região diversificada uma vez que apresenta municípios com baixos graus de desenvolvimento e outros com graus muito altos. As regiões Sudeste, Sudoeste e Centro Ocidental seriam as que apresentam municípios com os mais baixos graus de desenvolvimento rural.

Tabela 3 – Indicadores de Resultados: valores médios dos indicadores segundo os clusters de municípios do estado do Rio Grande do Sul.

	<b>Indicadores</b>	<b>Todas</b>	<b>C1</b>	<b>C2</b>	<b>C3</b>
1	Taxa de escolaridade do rural	96,43	94,30	95,46	97,47
2	Taxa de Alfabetização	92,56	93,16	95,12	90,60
3	Variação (%) da população rural residente	-14.41	11.27	-18.51	-15.48
4	Variação da porcentagem relativa de pessoas residentes do meio rural	-14.07	3.88	-20.46	-12.26
5	Média de moradores nos domicílios rurais	2.94	2.86	2.99	2.92
6	IDHM	0.7	0.7	0.71	0.69
7	Indicador INIVI	71.4	70.67	78.44	66.38
8	% receita do trabalho	86.69	70.78	87.57	88.56
9	Renda média da população com 10 anos ou mais de idade	626.25	561.39	797.28	511.82

Fonte: Elaborado pelos autores

No mesmo sentido, Schneider e Verardi Filho (2000) identificaram que os municípios com melhor índice de desenvolvimento social no estado situavam-se na região Nordeste do Rio Grande do Sul, onde se localizam as microrregiões da Encosta Inferior e Superior da Serra, também conhecidas por serem as áreas das Colônias Velhas alemã e italiana. Já os municípios que apresentaram o pior índice de desenvolvimento social localizam-se na metade Sul. Para os autores, pode-se afirmar que a pobreza gaúcha é mais intensa e severa nas regiões onde há maior concentração fundiária. Afirmando ainda existir dois tipos de pobreza rural no Rio Grande do Sul: a “histórico-estrutural”, que é mais intensa e está relacionada à concentração fundiária e as formas de ocupação em que predomina o assalariamento, estando presente na metade Sul do estado; e a “pobreza colonial”, que é aquela que mesmo não produzindo renda suficiente para o agricultor lhe permite o acesso aos bens, serviços e alimentos, que obtém com seu trabalho em sua pequena propriedade de terra, que minimizam sua carência social, a qual estaria presente na região do Alto Uruguai, bem como, em algumas regiões mais ao Sul do estado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação de que o espaço rural há muito tempo já não é mais identificável a partir da produção agropecuária, tem levado diferentes pesquisadores a refletir, quais conjuntos de indicadores poderiam demonstrar de forma mais adequada a realidade de desenvolvimento rural de cada localidade, tendo em vista as diferentes dimensões desse fenômeno e a disponibilidade de dados que poderiam substantiar tais dimensões. Contudo, dada a pouca diversidade e disponibilidade de dados referentes à realidade do meio rural em nível dos municípios brasileiros torna a tarefa de construir indicadores significativos limitada, sendo, necessário abster da análise importantes aspectos da realidade atual, que condicionam a vida das pessoas mesmo nos espaços rurais, como por exemplo, a questão da violência.

O uso da metodologia que analisa o fenômeno do desenvolvimento de forma processual permite compreender melhor as raízes e os caminhos que o desenvolvimento rural têm trilhado nos diferentes territórios, gerando, assim, informações mais qualificadas que podem ser

utilizadas para ações públicas ou privadas mais efetivas, que promovam um desenvolvimento rural virtuoso.

A partir dos indicadores analisados, o que se percebe é que de, de fato, há coincidência entre muitas áreas onde os fatores condicionantes mais positivos ao desenvolvimento, que estariam em regiões mais a Nordeste e algumas regiões a Noroeste, e entre áreas onde os resultados do processo de mudança no rural seriam mais virtuosos, em termos de bem estar da população rural. Contudo, é importante também ressaltar que, principalmente, nas regiões mais próximas à região Metropolitana haveria uma situação heterogênea, uma vez que ali se encontram agrupamentos de municípios com diferentes condições de promover e alcançar um desenvolvimento rural virtuoso. Nesse sentido, é evidente que o desenvolvimento rural está associado ao desenvolvimento do espaço urbano, porém, a existência de desenvolvimento urbano não é condição suficiente para o desenvolvimento rural, como demonstra essa heterogeneidade de situações encontradas a Nordeste.

Mais uma vez as diferenças em termos de desenvolvimento socioeconômicos entre Metade Sul e Metade Norte do estado foram evidenciadas, demonstrando a persistência das limitações da metade Sul em dinamizar sua economia. Por outro lado, áreas que se integraram fortemente a economia nacional, através da produção de soja, também não lograram desenvolver seus espaços rurais, como aconteceu com as áreas das regiões do Médio Alto Uruguai, Celeiro e Fronteira Noroeste.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, J. A. F. A persistência das desigualdades regionais no RS: velhos problemas, soluções convencionais e novas reformulações. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 4, p.101-114, mar. 2006
- ALONSO, J.A.F.; BENETTI, M.D; BANDEIRA, P.S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul**: causas e perspectivas. Porto Alegre: FEE. 1994.
- ARAÚJO, C.A.L. **Desenvolvimento rural: uma análise de indicadores populacionais, sociais, econômicos e ambientais**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2014.
- CHALITA, M. A. N. Desenvolvimento rural, agricultura e natureza: novas questões de pesquisa. **Agricultura em São Paulo, São Paulo**, v. 52, n. 1, p. 97-111, jan./jun. 2005.
- CONDRAF (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL). **Documento de referência da 2ª conferência nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário**, Brasília, 2013. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20documento\\_de\\_referencia.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20documento_de_referencia.pdf) Acesso em: 10 ago. 2021

CONTERATO M.A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 2008. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P.D. Desigualdade regionais de desenvolvimento rural do Rio Grande do Sul: uma proposta de análise multidimensional a partir de três microrregiões. **Ensaio FEE**, v. 39, p. 615-654, 2009.

CORONEL, D. A.; ALVES, F. D.; SILVA, M. A. Notas sobre o processo de desenvolvimento da metade sul e norte do estado do Rio Grande do Sul: uma abordagem comparativa. **Perspectiva Econômica**; v.3, n. 2: 27- 43, jul./dez. 2007.

FOCHEZATTO, A.; GHINIS, C. P. Estrutura Produtiva Agropecuária e Desempenho Econômico Regional: o caso do Rio Grande do Sul, 1996- -2008. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 4, p. 743-762, 2012.

GIRARDI, E.P. **Manual de utilização do programa Philcarto**: versão 4.xx para 2007. Disponível em:

[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2013/geografia\\_artigos/manual\\_do\\_philcarto.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2013/geografia_artigos/manual_do_philcarto.pdf) Acesso em: 30 jul. 2021

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3. 2004.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LEMO, B. O.; OLIVEIRA, S. B.; BANDEIRA, P. S. Agropecuária e indústria no Rio Grande do Sul no período 1920-1980: algumas características territoriais. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 28, p. 9-33, set. 2016

MARQUETTI, A.A.; BÊRNI, D.A.; MARQUES, A.M. Determinantes dos diferenciais das taxas de crescimento sub-regionais do Rio Grande do Sul nos anos 90. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 26, n. esp., p. 95 – 115. 2005.

MELO, C.O.; PARRÉ, J.L. Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, abr./jun. 2007.

MELO, R.F. **Análise do desenvolvimento rural na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: caracterização dos municípios com base em indicadores populacionais, econômicos, ambientais e bem-estar social**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2005

MICHALEK J.; ZARNEKOW, N. Rural Development Index Applied to Poland and Slovakia. In: MICHALOS, A.C. (Ed.) **Encyclopedia of Quality of Life and Well-Being Research**. Dordrecht: Springer. 2014. Doi: [https://doi.org/10.1007/978-94-007-0753-5\\_3960](https://doi.org/10.1007/978-94-007-0753-5_3960)

NAVARRO Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001.

PALÁCIO, V. **Análise do desenvolvimento rural dos municípios do estado de São Paulo**. Dissertação (Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento) – UNESP, Tupã, SP, 2019.

PINTO, N. G. M; CORONEL, D. A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul: uma análise das mesorregiões entre 2000 e 2010. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 893-920, mar. 2016

SCHNEIDER, S.; VERARDI FILHO, M. A. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 8, n. 15, p. 117-149, 2000.

SCHNEIDER, S; MATTOS, E. J. A pluriatividade no meio rural gaúcho: caracterização e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1/2, p.6-17, jan./ago. 2006.

SILVA, F. F. **Distribuição de crédito para a agricultura familiar**: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

SOUZA, R.P. Indicadores de desenvolvimento rural: avanços para uma proposta de análise municipal. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 2, 2019b.

SOUZA, R.P. O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de Uma Análise Multidimensional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 57, n.1, p. 109-126, jan./mar. 2019a

VEIGA, J.E. **A face rural do desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

VERSCHOORE FILHO, J. R. de S. **Metade Sul**: uma análise das políticas públicas para o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. 2000. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

WYE GROUP. **Statistics on rural development and agricultural household income**. Nações Unidas, 2011. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/333901468339639871/the-wye-group-handbook-rural-households-livelihood-and-well-bring-statistics-on-rural-development-and-agriculture-household-income>. Acesso em: mar. 2016.